

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	19
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	25
2.5 Medições não contábeis	26
2.6 Eventos subsequentes as DFs	30
2.7 Destinação de resultados	31
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	35
2.10 Planos de negócios	36
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	39
5.2 Descrição dos controles internos	44
5.3 Programa de integridade	47
5.4 Alterações significativas	50
5.5 Outras informações relevantes	51

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores:

2.1 - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 as quais foram elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras e nas informações trimestrais sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a sua visão e percepção sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras da Companhia com os respectivos exercícios sociais, e os principais fatores que explicam tais alterações entre os exercícios sociais.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 2 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período. A Análise Horizontal compara índices ou itens de uma mesma rubrica, enquanto a Análise Vertical representa o percentual da rubrica em relação à receita operacional líquida, ativo/passivo total, patrimônio líquido ou à conta devidamente indicada.

a. comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é uma distribuidora de energia elétrica, cuja área de concessão engloba todo o estado do Maranhão, pertencente ao grupo Equatorial Energia.

A Administração da Companhia entende que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio de uma análise dos números do ativo circulante e do passivo circulante, é possível verificar que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas obrigações. A Administração da Companhia não tem como garantir que tal situação permanecerá inalterada, mas caso entenda necessário captar recursos para financiar seus investimentos e possíveis aquisições, acredita que a Companhia terá capacidade para contratá-los.

Abaixo estão apresentadas as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ milhões, exceto índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Patrimônio Líquido	3.450.251	3.063.846	2.997.243
Dívida Bruta(a)	2.450.509	2.168.915	2.448.542
Dívida Líquida(b)	1.597.653	1.085.903	577.270
Ativo Circulante	2.636.138	2.701.698	3.277.130
Passivo Circulante	1.885.048	2.079.877	2.232.872
Passivo Não Circulante	3.077.560	2.675.600	2.664.181
Índice de liquidez corrente(c)	1,40	1,30	1,47
Índice de endividamento geral(d)	1,44	1,55	1,63

(a) A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) e valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial (circulante e não circulante), este último referente a controlada Companhia, Equatorial Pará. Para mais informações, veja o item 3.2 deste Formulário de Referência.

(b) Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS. A Dívida Líquida é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (incluindo investimentos de curto prazo e títulos de valores mobiliários) e outros ajustes, conforme demonstrados no 2.5 deste Formulário de Referência.

(c) Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(d) Corresponde à divisão da soma do passivo circulante e o passivo não circulante pelo patrimônio líquido.

b. comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 41% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 59% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 39% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 61% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 38% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 62% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em R\$ mil	2022	2021	2020
Capital próprio			
Patrimônio Líquido	3.450.251	3.063.846	2.997.243
Capital de terceiros			
Passivo circulante	1.885.048	2.079.877	2.232.872
Passivo não circulante	3.077.560	2.675.600	2.664.181
Total do Passivo circulante + não circulante	4.962.608	4.755.477	4.897.053
Total do Passivo e patrimônio líquido	8.412.859	7.819.323	7.894.296

Os Diretores da Companhia entendem que ela possui estrutura de capital adequada ao cumprimento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente, a Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de crescimento observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Companhia administra seu capital de modo a maximizar o retorno de seus investidores, por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

c. comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o seu perfil de longo prazo do endividamento, bem como a trajetória de seus resultados, a Companhia entende que tem capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas. Os contratos financeiros da Companhia possuem cláusulas restritivas (covenants) utilizados como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e, quando aplicável, de suas controladas pelos credores envolvidos em contratos de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estavam em cumprimento com os termos dos covenants financeiros estabelecidos em seus contratos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava R\$ 271.649 de dívida bruta no passivo circulante (cálculo considerando Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Credores Financeiros dos Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial do passivo circulante). Considerando-se a posição de R\$ 1.051,4 milhões em disponibilidades (considerando caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras do ativo circulante) no encerramento do referido período, os Diretores acreditam que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava R\$ 623,3 milhões de dívida bruta no passivo circulante (cálculo considerando Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Credores Financeiros dos Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial do passivo circulante). Considerando-se a posição de R\$ 751,7 milhões em disponibilidades (considerando caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras do ativo circulante) no encerramento do referido período, os Diretores acreditam que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava R\$ 961,3 milhões de dívida bruta no passivo circulante (cálculo considerando Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Credores Financeiros dos Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial do passivo circulante). Considerando-se a posição de R\$ 1.623,6 milhões em disponibilidades (considerando caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras do ativo circulante) no encerramento do referido período, os Diretores acreditam que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Adicionalmente, a Companhia contrata empresa de Rating para avaliação da sua capacidade financeira, o que auxilia no processo de captação de recursos junto a terceiros pela Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Abaixo, demonstramos a evolução do rating da Companhia em escala local, de acordo com a Fitch Ratings e com a S&P:

2020	2021	2022
AAA	AAA	AAA

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

A Companhia utiliza as seguintes fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes:

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Equatorial Maranhão utilizou como fonte de financiamento o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) e Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), que usualmente oferece taxas de juros menores e prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento. A Equatorial Maranhão também possui financiamentos contratados com instituições financeiras, com o objetivo de financiar suas atividades, como Caixa Econômica Federal, Scotiabank e Banco do Brasil e emissões de Debêntures.

Por estar situada no Nordeste brasileiro e ter 90% do território coberto pela Amazônia Legal, além dos tradicionais órgãos de fomento, acima mencionados, a Equatorial Maranhão tem possibilidade de captação de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc.), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA).

Visando sempre a obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a Equatorial Maranhão poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente, a Companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras, além de acesso ao mercado de capitais. Os Diretores da Companhia entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes nas controladas da Companhia, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais, mercado de capitais e/ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 2.450,5 milhões, dos quais 14,0% (R\$ 342,9 milhões) em moeda estrangeira. A Dívida Líquida da Companhia nessa data atinge R\$ 1.597,6 milhões. Do valor total da Dívida Bruta acima, 11,1% (R\$ 271,6 milhões) está classificado no passivo circulante e 88,9% (R\$ 2.178,8 milhões) está classificado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 2.168,9 milhões, dos quais 15,0% (R\$ 366,7 milhões) em moeda estrangeira. A Dívida Líquida da Companhia nessa data atinge

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ 1.085,9 milhões. Do valor total da Dívida Bruta acima, 28,7% (R\$ 623,3 milhões) está classificado no passivo circulante e 71,3% (R\$ 1.545,5 milhões) está classificado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 2.448,5 milhões. A Dívida Líquida da Companhia nessa data atinge R\$ 577,2 milhões. Do valor total da Dívida Bruta acima, 39,3% (R\$ 961,3 milhões) está classificado no passivo circulante e 60,7% (R\$ 1.487,2 milhões) está classificado no passivo não circulante.

A tabela abaixo descreve a evolução da dívida total em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Circulante	271.649	623.371	961.330
Moeda Estrangeira	1.865	2.009	-
Moeda Nacional	269.784	621.362	961.330
Não Circulante	2.178.860	1.545.544	1.487.212
Moeda Estrangeira	341.058	364.773	-
Moeda Nacional	1.837.802	1.180.771	1.487.212
Total Geral	2.450.509	2.168.915	2.448.542

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A diretoria da Companhia destaca abaixo as principais operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia, referente aos períodos encerrados nos três últimos exercícios sociais:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes empréstimos e financiamentos:

	Custo da dívida (%a.a.)	Garantias	2022		
			Principal e encargos (R\$ Milhões)		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira					
Scotiabank¹	CDI + 1,65%	N/A	1.865	341.058	342.923
Total moeda estrangeira			1.865	341.058	342.923
Moeda nacional					
BNDES	IPCA+4,11% a 5,96%	Aval/Fiança+Conta Reserva+ Recebíveis	93.070	1.542.275	1.635.345
Banco do Brasil	6,00%	Alienação Fiduciária	124	82	206
BNB	IPCA+2,98% / CDI+3,66%	Aval/Fiança	13.015	-	13.015
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval/Fiança+Recebíveis+Conta Reserva	2.759	5.004	7.763
Subtotal			108.968	1.547.361	1.656.329

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(-) Custo de captação	(1.153)	(8.516)	(9.669)
Total moeda nacional	107.815	1.538.845	1.646.660
Total moeda estrangeira e nacional	109.680	1.879.903	1.989.583

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes emissões (Debêntures) vigentes.
(em R\$ Milhões)

Empresa	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	- 31/12/2022		Total
								Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
EQTL MA	7ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a. CDI + 1,40% a.a.	out/16	out/23	156.752,62	- 0,00	156.752,62
EQTL MA	9ª	(1)/(3)/(4)	Única	300.000	a.a.	jun/22	mai/28	5.216,83	298.956,83	304.173,65
Total								161.969,44	298.956,83	460.926,27

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Emissão privada de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures Incentivadas
- (6) Garantia Fidejussória; e
- (7) Garantia Real.

Covenants

Dentre os *covenants* a serem cumpridos no âmbito dos instrumentos descritos acima, a Equatorial Maranhão deverá observar, em base trimestral, o índice financeiro (i) dívida líquida / EBITDA Ajustado, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,25x para debentures e 3,5x para empréstimos, (ii) EBITDA/ despesa financeira líquida, em limite superior a 1,5 e (iii) dívida líquida/ dívida líquida + PL, em limite inferior a 0,70. Na data deste Formulário de Referência, a Equatorial Maranhão estava cumprindo com os *covenants* financeiros previstos nos instrumentos descritos acima.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de *covenants*, as quais encontram-se descritas no item 2.1.f(i) acima.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos se encontravam atendidos.

Além disso, certos contratos de empréstimos e financiamentos apresentam restrições e obrigações não financeiras adicionais, como, por exemplo, as abaixo destacadas, as quais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 se encontravam atendidas:

- (i) obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- (iii) obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) obrigação de realização de aportes de recursos pela Companhia em suas subsidiárias;
- (vii) constituição de contas reserva (para pagamento de serviço da dívida e/ou de *overhaul*) e manutenção de montantes mínimos em tais contas;
- (viii) restrições quanto ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, seja pelas subsidiárias da Companhia, seja pela própria Companhia a seus acionistas. Nesse sentido, ressalta-se que alguns contratos possuem vedação de distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório, exceto para os casos de anuência prévia ou atingimento de *covenants* financeiros pré-estabelecidos;
- (ix) restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (x) restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (xi) limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Para o contrato com BNDES nº 20.2.0474.1, celebrado em 30 de março de 2021 para financiamento do plano de investimentos de 2021 a 2023, foram contratados 750 milhões que já foram 100% utilizados.

Em 18 de outubro de 2021 foi celebrado com o Para o contrato do BNDES nº 21.2.0266.1 para financiamento complementar do plano de investimentos de 2021 a 2023, no montante de 373 milhões, no qual já foram 50% utilizados, e o limite para utilização é até 30 de junho de 2024.

Para os demais empréstimos contratados, as linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Equatorial Maranhão.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

R\$ mil	2022	%AV	2021	%AV	%AH
Receita operacional líquida	4.842.716	100%	5.389.645	100%	-10%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(3.387.405)	-70%	(3.639.138)	68%	-7%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.022.692)	-42%	(2.740.809)	-51%	-26%
Custo de construção	(952.638)	-20%	(544.019)	-10%	75%
Custo de operação	(412.075)	-8%	(354.310)	-7%	16%
Lucro Bruto	1.455.311	30%	1.750.507	32%	-17%
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	(171.621)	-3%	(163.891)	-3%	5%
Despesas gerais e administrativas	(172.019)	-4%	(239.638)	-4%	-28%
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(39.235)	-1%	(69.271)	-1%	-43%
Outras despesas operacionais líquidas	(123.023)	-2%	(34.745)	-1%	254%
Total de despesas operacionais	(505.898)	-10%	(507.545)	-9%	0%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	949.413	20%	1.242.962	23%	-24%
Receitas financeiras	349.198	7%	203.936	3%	71%
Despesas financeiras	(558.414)	-12%	(290.911)	-5%	92%
Resultado financeiro líquido	(209.216)	-5%	(86.975)	-2%	141%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	740.197	15%	1.155.987	21%	-36%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(51.991)	-1%	(112.834)	-2%	-54%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.061)	-1%	(99.730)	-2%	-60%
Impostos sobre o lucro	(92.052)	-2%	(212.564)	-4%	-57%
Lucro líquido do período	648.145	13%	943.423	18%	-31%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$5.390 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$4.843 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma diminuição de 10%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em decorrência de (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R\$ (23.074) milhões a maior do que o exercício anterior e; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste ter sido superior aos custos efetivamente pagos, gerando uma constituição de Parcela A em R\$ (854.954) milhões inferior ao ocorrido no exercício de 2021; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 236.526 milhões relação ao exercício anterior; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R\$6.652 milhões; efeito da CVA da Bandeira Faturada R\$ (207.046) milhões. Além disso a receita de suprimento de energia elétrica foi menor em comparação com o exercício anterior, devido a redução do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, teve um PLD médio de R\$ 59,43 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 271,20 milhões; em razão do 5º ciclo de revisão tarifária houve considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado, acumulou variação negativa no exercício comparativo, o IPCA, que passou de 10,06% até dezembro de 2021 para 5,79% até dezembro de 2022; e a variação na CDE (Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) deve-se a vigência das Resoluções nº 3.034 de 26 de Abril de 2022, a qual estabeleceu as quotas a serem pagas no decorrer do ano de 2022.

Custo da energia elétrica, construção e operação

O custo da energia elétrica, construção e operação da Companhia passou de R\$3.639 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.387 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 7% e os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelos seguintes fatores: (i) redução dos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSO - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits) decorrentes de preços de pagamentos inferiores aos observados em 2021, devido a atual situação hídrica do país favorável, que faz com que as despesas com a parcela variável dos contratos de leilões reduzam, com isso o preço médio de aquisição de energia reduziu em 13,82% passando de 215,61 R\$/MWh para 185,82 R\$/MWh; (ii) a redução nas despesas associada ao ESS deve-se queda no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando redução dos pagamentos associado a este encargo; e (iii) uma redução de R\$ 354.633 milhões da energia de curto prazo, em virtude da redução das despesas do mercado do curto prazo com exposição financeira e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício de 2021.

Outras despesas operacionais líquidas

Outras despesas operacionais líquidas da Companhia passaram de R\$ 35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 123 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 254%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em decorrência do aumento da perda na desativação de bens e direitos (R\$ 52 milhões em comparação ao exercício anterior), decorrente da conciliação, onde foi identificado que algumas ODDs que estavam no saldo curso de desativação, já estavam encerradas fisicamente, mas não foram refletidas na conta no período de 2021, sendo regularizado, portanto, apenas em 2022.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa de R\$ 87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 209 milhões no exercício social encerrado

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022, sendo um aumento de 141%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em virtude (i) do aumento de rendimentos financeiros em função da melhora das disponibilidades da Companhia, e também do aumento do CDI acumulado, que até dezembro de 2021 era de 4,42% e até dezembro de 2022 passou para 12,39%; (ii) do aumento dos custos totais com energia, motivados pela crise hídrica, que se intensificou em 2022; (iii) da contratação de operação de *swap*, designada como *hedge* de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações; e (iv) de uma despesa complementar no montante de R\$106 milhões no resultado financeiro decorrente do impacto da Lei nº 14.385, editada em 27 de junho de 2022, que determinou a devolução integral do crédito acrescido da atualização monetária oriundos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$943 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 648 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 31%.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

R\$ mil	2021	%AV	2020	%AV	%AH
Receita operacional líquida	5.389.645	100%	4.106.994	100%	31%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(3.639.138)	-68%	(2.764.451)	-67%	32%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.740.809)	-51%	(1.806.324)	-44%	52%
Custo de construção	(544.019)	-10%	(560.744)	-14%	-3%
Custo de operação	(354.310)	-7%	(397.383)	-10%	-11%
Lucro Bruto	1.750.507	32%	1.342.543	33%	30%
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	(163.891)	-3%	(50.150)	-1%	227%
Despesas gerais e administrativas	(239.638)	-4%	(333.871)	-8%	-28%
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(69.271)	-1%	(48.067)	-1%	44%
Outras despesas operacionais líquidas	(34.745)	-1%	(14.980)	0%	132%
Total de despesas operacionais	(507.545)	-9%	(447.068)	-11%	14%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	1.242.962	23%	895.475	22%	39%
Receitas financeiras	203.936	4%	151.675	4%	34%
Despesas financeiras	(290.911)	-5%	(193.886)	-5%	50%
Resultado financeiro líquido	(86.975)	-2%	(42.211)	-1%	106%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.155.987	21%	853.264	21%	35%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(112.834)	-2%	(147.130)	-4%	-23%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(99.730)	-2%	(5.861)	0%	1.602%
Impostos sobre o lucro	(212.564)	-4%	(152.991)	-4%	39%
Lucro líquido do período	943.423	18%	700.273	17%	35%

Receita operacional líquida

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$4.107 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$5.390 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 31%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente de (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid, até dezembro de 2021, no montante de R\$ 240,739 milhões; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste ou revisão, ter sido inferior aos custos efetivamente pagos, gerando uma receita de constituição de Parcela A superior em R\$ 508,989 milhões, ao ocorrido em 2020; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 63,082 milhões em relação a 2020; e (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R\$ (19,717) milhões, quando comparada a 2020. Além disso a receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação ao exercício anterior, devido ao aumento do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD. No quarto trimestre de 2020, a Companhia apresentou um PLD de 84,30 R\$/MWh, e no quarto trimestre de 2021 o PLD apresentado foi de 265,98 R\$/MWh ; e em razão do 5º ciclo de revisão tarifária tivemos um considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado, acumulou variação positiva no exercício comparativo, o IPCA, que passou de 4,51% até dezembro de 2020 para 10,06% até dezembro de 2021.

Custo da energia elétrica, construção e operação

O custo da energia elétrica, construção e operação da Companhia passou de R\$2.764 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$3.639 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 32% e os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelos fatores de: aumento dos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020 em virtude da atualização da atualização das tarifas dos contratos, bem como a atual situação hídrica do país, que ocasionou a necessidade de acionamento térmico de usina com preços de geração elevado, com isso o preço médio de aquisição de energia aumentou em 4,4% passando para 218,68 R\$/MWh; acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, ocasionando pagamentos elevados de despesa do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; aumento de R\$ 131.522 da energia de curto prazo, devido ao aumento do PLD quando comparado com o mesmo exercício de 2020; e aumento nos custos de encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição devido tarifas aprovadas na Receita Anual Permitida - RAP da ANEEL nº 2.726 de 14 de julho de 2020 com vigência até junho de 2021 e a nova resolução RAP Nº 2.896 de 13 de julho de 2021, com vigência a partir de julho/2021 até junho/2022, as quais são relacionadas à rede básica e conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

Resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social

O resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 895 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.243 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 39%.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa de R\$ 42 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa de R\$ 87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, sendo um aumento de 106%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em virtude do aumento de rendimentos financeiros em função do aumento do CDI, que em 2020 era 2,77% e em 2021 fechou em 4,40%, além disso a rentabilidade da carteira, passou de 91,29% do CDI em 2020, para 109,61% do CDI em 2021; ingresso de empréstimo em moeda estrangeira junto ao Scotiabank no valor de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

US\$ 66,500 milhões, equivalente a R\$ 350 milhões com proteção de swap de 100% da exposição cambial para a taxa de CDI+1,65%a.a; aumento de acréscimos moratórios devido ações de cobrança realizadas pela Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no exercício, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e aumento de variação monetária sobre a dívida que ocorreu principalmente em função da alta expressiva do IPCA, indexador com 59% de participação na dívida, que passou de 4,52% em 2020 para 10,06% em 2021.

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$853 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.156 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 35%.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$ 700 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$943 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 35%.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

R\$ mil	2022	%AV	2021	%AV	%AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	103.361	1%	79.999	1%	29%
Aplicações financeiras	948.101	11%	671.705	9%	41%
Contas a receber de clientes	1.063.888	13%	1.098.871	14%	-3%
Almoxarifado	40.492	0%	34.483	0%	17%
Serviços pedidos	150.824	2%	143.282	2%	5%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	0%	135.965	2%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	96.576	1%	223.330	3%	-57%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	67.354	1%	64.924	1%	4%
Depósitos judiciais	4.511	0%	3.530	0%	28%
Outros créditos a receber	161.031	2%	245.609	3%	-34%
Total do ativo circulante	2.636.138	31%	2.701.698	35%	-2%
Não circulante					
Aplicações financeiras	1.036	0%	52.184	1%	-98%
Contas a receber de clientes	74.793	1%	97.717	1%	-23%
Serviços pedidos	5.012	0%	7.070	0%	-29%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	0%	105.514	1%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	86.229	1%	60.470	1%	43%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	32.510	0%	32.510	0%	0%
Depósitos judiciais	125.641	1%	115.051	1%	9%
Plano de aposentadoria e pensão	3.670	0%	3.012	0%	22%
Outros créditos a receber	22.065	0%	22.536	0%	-2%
Ativo financeiro da concessão	3.332.039	40%	2.762.771	35%	21%
Investimentos	4.839	0%	623	0%	677%
Intangível	1.482.194	18%	1.520.602	19%	-3%
Ativos do contrato	605.601	7%	336.004	4%	80%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Direito de uso	1.092	0%	1.561	0%	-30%
Total do ativo não circulante	5.776.721	69%	5.117.625	65%	13%
Total do ativo	8.412.859	100%	7.819.323	100%	8%
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	509.919	6%	610.836	8%	-17%
Empréstimos e financiamentos	109.680	1%	112.167	1%	-2%
Debêntures	161.969	2%	511.204	7%	-68%
Instrumentos financeiros derivativos	283	0%	45	0%	529%
Passivo em arrendamento	656	0%	836	0%	-22%
Impostos e contribuições a recolher	106.221	1%	123.121	2%	-14%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	75.693	1%	86.017	1%	-12%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	22.719	0%	19.136	0%	19%
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	25.005	0%	-	0%	-
Contribuição de iluminação pública	16.837	0%	13.394	0%	26%
Encargos setoriais	93.975	1%	85.698	1%	10%
Participação nos lucros	37.628	0%	37.799	0%	0%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	18.758	0%	30.910	0%	-39%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	488.834	6%	81.925	1%	497%
Dividendos a pagar	116.055	1%	191.072	2%	-39%
Outras contas a pagar	100.816	1%	175.717	2%	-43%
Total do passivo circulante	1.885.048	22%	2.079.877	27%	-9%
Fornecedores	10.223	0%	10.849	0%	-6%
Empréstimos e financiamentos	1.879.903	22%	1.398.815	18%	34%
Debêntures	298.957	4%	146.729	2%	104%
Instrumentos financeiros e derivativos	51.779	1%	8.166	0%	-
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	176.841	2%	-	0%	-
Passivo em arrendamento	470	0%	789	0%	-40%
Impostos e contribuições a recolher	3.912	0%	3.712	0%	5%
Encargos setoriais	10.890	0%	17.248	0%	-37%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	104.159	1%	98.499	1%	6%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	0%	501.158	6%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	516.165	6%	476.104	6%	8%
Plano de aposentadoria e pensão	8.908	0%	5.763	0%	55%
Outras contas a pagar	15.353	0%	7.768	0%	98%
Total do passivo não circulante	3.077.560	37%	2.675.600	34%	15%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.651.592	20%	1.651.592	21%	0%
Outros resultados abrangentes	(24.380)	0%	(11.672)	0%	109%
Reservas de capital	48.268	1%	39.099	1%	23%
Reservas de lucros	1.774.771	21%	1.384.827	18%	28%
Total do patrimônio líquido	3.450.251	41%	3.063.846	39%	13%
Total do passivo e patrimônio líquido	8.412.859	100%	7.819.323	100%	8%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 eram de R\$ 1.052 milhões e R\$ 804 milhões, respectivamente. O aumento de 31% foi ocasionada principalmente pelo: (i) ingressos de empréstimos no total de R\$ 540 milhões junto ao BNDES; e (ii) ingresso da 9ª emissão de debênture no total de R\$ 300 milhões. Esse aumento foi compensado principalmente pelas amortizações de empréstimos no montante de R\$ 110 milhões e debêntures no total de 500 milhões.

Ativo financeiro da concessão

A variação de 21% do saldo da rubrica do ativo financeiro da concessão em comparação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, deu-se em virtude de 5º ciclo de revisão tarifária houve considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado, acumulou variação negativa no exercício comparativo, o IPCA, que passou de 10,06% até dezembro de 2021 para 5,79% até dezembro de 2022.

Ativos de contrato

O aumento de 80% do saldo da rubrica de ativo de contrato em comparação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, deu-se em virtude principalmente das adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no exercício de 2022, onde R\$ 798 milhões impactou o caixa da Companhia, R\$ 29 milhões referente às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 60 milhões referente às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 11 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Passivo

Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 eram de R\$ 1.989 milhões e R\$ 1.511 milhões, respectivamente. O aumento de 32% em comparação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 decorrente principalmente do ingressos de empréstimos no total de R\$ 540 milhões junto ao BNDES.

Debêntures

Os saldos de debêntures circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 eram de R\$ 461 milhões e R\$ 658 milhões, respectivamente. A redução de 30% em comparação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 decorreu principalmente em razão da liquidação no vencimento da 8ª Emissão de Debêntures em 15 de setembro de 2022, no montante de R\$ 500 milhões e em contra partida a Companhia realizou o ingresso da 9ª emissão de debênture no total de R\$ 300 milhões.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

R\$ mil	2021	%AV	2020	%AV	%AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	79.999	1%	295.458	4%	-73%
Aplicações financeiras	671.705	9%	1.328.205	17%	-49%
Contas a receber de clientes	1.098.871	14%	1.007.636	13%	9%
Almoxarifado	34.483	0%	10.484	0%	229%
Serviços pedidos	143.282	2%	107.339	1%	33%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	135.965	2%	-	0%	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Impostos e contribuições a recuperar	223.330	3%	361.904	5%	-38%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	64.924	1%	53.464	1%	21%
Depósitos judiciais	3.530	0%	3.503	0%	1%
Outros créditos a receber	245.609	3%	109.137	1%	125%
Total do ativo circulante	2.701.698	35%	3.277.130	42%	-18%
Não circulante					
Aplicações financeiras	52.184	1%	57.854	1%	-10%
Contas a receber de clientes	97.717	1%	48.889	1%	100%
Serviços pedidos	7.070	0%	25.077	0%	-72%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	105.514	1%	108.587	1%	-3%
Impostos e contribuições a recuperar	60.470	1%	282.872	4%	-79%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	32.510	0%	-	0%	-
Depósitos judiciais	115.051	1%	104.290	1%	10%
Plano de aposentadoria e pensão	3.012	0%	-	0%	-
Outros créditos a receber	22.536	0%	23.545	0%	-4%
Ativo financeiro da concessão	2.762.771	35%	1.960.726	25%	41%
Investimentos	623	0%	-	0%	-
Intangível	1.520.602	19%	1.527.700	19%	0%
Ativos do contrato	336.004	4%	476.246	6%	-29%
Direito de uso	1.561	0%	1.380	0%	13%
Total do ativo não circulante	5.117.625	65%	4.617.166	58%	11%
Total do ativo	7.819.323	100%	7.894.296	100%	-1%
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	610.836	8%	578.534	7%	6%
Empréstimos e financiamentos	112.167	1%	776.546	10%	-86%
Debêntures	511.204	7%	184.784	2%	177%
Instrumentos financeiros derivativos	45	0%	-	0%	-
Passivo em arrendamento	836	0%	942	0%	-11%
Impostos e contribuições a recolher	123.121	2%	109.053	1%	13%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	86.017	1%	66.144	1%	30%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	19.136	0%	16.347	0%	17%
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	0%	253.490	3%	-100%
Contribuição de iluminação pública	13.394	0%	17.288	0%	-23%
Encargos setoriais	85.698	1%	55.695	1%	54%
Participação nos lucros	37.799	0%	32.267	0%	17%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	30.910	0%	22.974	0%	35%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	81.925	1%	-	0%	-
Dividendos a pagar	191.072	2%	73.635	1%	159%
Outras contas a pagar	175.717	2%	45.173	1%	289%
Total do passivo circulante	2.079.877	27%	2.232.872	28%	-7%
Não circulante					
Fornecedores	10.849	0%	6.695	0%	62%
Empréstimos e financiamentos	1.398.815	18%	856.508	11%	63%
Debêntures	146.729	2%	630.704	8%	-77%
Instrumentos financeiros e derivativos	8.166	0%	-	0%	-
Passivo em arrendamento	789	0%	434	0%	82%
Impostos e contribuições a recolher	3.712	0%	3.268	0%	14%
Encargos setoriais	17.248	0%	56.784	1%	-70%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	98.499	1%	100.600	1%	-2%
PIS/COFINS a serem restituídos a consmidores	501.158	6%	619.293	8%	-19%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	476.104	6%	376.374	5%	26%
Plano de aposentadoria e pensão	5.763	0%	-	0%	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras contas a pagar	7.768	0%	13.521	0%	-43%
Total do passivo não circulante	2.675.600	34%	2.664.181	34%	0%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.651.592	21%	1.479.713	19%	12%
Outros resultados abrangentes	(11.672)	0%	1.290	0%	-1.005%
Reservas de capital	39.099	1%	27.160	0%	44%
Reservas de lucros	1.384.827	18%	1.489.080	19%	-7%
Total do patrimônio líquido	3.063.846	39%	2.997.243	38%	2%
Total do passivo e patrimônio líquido	7.818.323	100%	7.894.296	100%	-1%

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 eram de e R\$ 751 milhões e R\$ 1.623 milhões. A redução de 53% foi ocasionada principalmente pelo: (i) caixa líquido gerado nas atividades operacionais no montante de R\$ 977 milhões, devido a arrecadação, (ii) pelo caixa consumido pelo capex no montante de R\$ 543 milhões; (iii) pelo caixa utilizado nas atividades financiamento no montante de R\$552 milhões e (iv) pelo caixa consumido pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 758 milhões.

Ativo não circulante

Ativo financeiro da concessão

A variação de 41% do saldo da rubrica do ativo financeiro da concessão em comparação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, deu-se em virtude do 5º ciclo de revisão tarifária ocorreu um considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado, acumulou variação positiva no exercício comparativo, o IPCA, que passou de 4,51% até dezembro de 2020 para 10,06% até dezembro de 2021.

Ativos de contrato

A redução de 29% do saldo da rubrica de ativo de contrato em comparação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, deu-se em virtude principalmente ao considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro.

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos

Redução de 86% em comparação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 decorrente principalmente de; (i) R\$905 milhões de amortização dos empréstimos, em 03 de março de 2021, liquidou antecipadamente os contratos 11.2.0841.1, 12.2.1211.1 e 14.2.1233.1 com o BNDES, nos montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 29 milhões e R\$ 286 milhões, respectivamente; (ii) amortização da nota promissória no valor de R\$500 milhões; (iii) e ingressos no total de R\$767 milhões, sendo R\$350 milhões junto ao Scotiabank e R\$418 milhões junto ao BNDES.

Dividendos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O aumento de 159% na rubrica de Dividendos decorre da constituição de dividendos mínimos obrigatórios de 2021.

Passivo não circulante

Debêntures

Redução de 77% em comparação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 decorrente da Liquidação da 7ª debêntures 1ª série no valor de R\$194 milhões.

Comparação dos fluxos de caixa da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

R\$ mil	2022	2021	%AH
Lucro do exercício	648.145	943.423	-31%
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa das atividades operacionais	638.329	(456.602)	-240%
Aumento (redução) dos ativos e passivos operacionais	(240.140)	144.037	-267%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.046.334	630.858	66%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(917.055)	252.092	-464%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(105.917)	(1.098.409)	-90%
Aumento em caixa e equivalente de caixa	23.362	(215.459)	-111%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.999	295.458	-73%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	103.361	79.999	29%
Aumento em caixa e equivalente de caixa	23.362	(215.459)	-111%

Em análise aos saldos do exercício de 2022 em comparação com 2021, a variação na linha de ajustes para conciliar o lucro do exercício, ocorreu principalmente: (i) Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros e (ii) Atualização do ativo financeiro, conforme mencionados na análise da variação do resultado (receita operacional) e balanço patrimonial (ativo financeiro da concessão), respectivamente. Na linha das atividades de investimento, a variação ocorreu principalmente em Aquisições nos ativos de contrato, devido as adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no exercício de 2022, conforme mencionado na análise da variação do balanço patrimonial (Ativos de contrato).

Comparação dos fluxos de caixa da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

R\$ mil	2021	2020	%AH
Lucro do exercício	943.423	700.273	35%
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa das atividades operacionais	(456.602)	512.321	-189%
Aumento (redução) dos ativos e passivos operacionais	144.037	193.414	-26%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	630.858	1.406.008	-55%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	252.092	(871.916)	-129%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(1.098.409)	(589.352)	86%
Aumento em caixa e equivalente de caixa	(215.459)	(55.260)	290%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	295.458	350.718	-16%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	79.999	295.458	-73%
Aumento em caixa e equivalente de caixa	(215.459)	(55.260)	290%

Em análise aos saldos do exercício de 2021 em comparação com 2020, a variação na linha de ajustes para conciliar o lucro do exercício, ocorreu principalmente: (i) Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros e (ii) Atualização do ativo financeiro, conforme mencionados na análise da variação do resultado (receita operacional) e balanço patrimonial (ativo financeiro da concessão), respectivamente. Na linha das atividades de financiamento, a variação ocorreu principalmente na rubrica de dividendos, decorrente da constituição de dividendos mínimos obrigatórios de 2021, conforme mencionado na análise da variação do balanço patrimonial (Dividendos).

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados Operacional e Financeiro

a) resultados das operações da Companhia:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a emissora gerou suas receitas principalmente a partir da distribuição de energia em sua área de concessão.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Perdas de Energia

A Companhia se sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Depreciação Acelerada

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem. A vigência do benefício foi até 31/12/2018.

Tal incentivo foi obtido pela Companhia através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE.

Isenção de 75% do Imposto de Renda

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à Companhia ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2021. Em 2018 foi emitido novo Laudo Constitutivo, que outorga à Companhia ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência até o ano de 2027.

A CVM através da Deliberação nº 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e "Doações e Subvenção para Investimento" e criou a reserva de incentivos fiscais, para a qual assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar fiscais a parcela do lucro líquido

2.2 Resultados operacional e financeiro

decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Ao final de agosto de 2021, a Emissora passou pelo processo Reajuste Tarifário Anual – RTA, pelo qual a tarifa praticada pela Companhia foi reajustada em média em (1,62%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2022 a 27 de agosto de 2023.

Ao final de agosto de 2021, a Emissora passou pelo processo Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela Companhia foi reajustada em média em (2,79%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2021 a 27 de agosto de 2022.

Ao final de agosto de 2020, a Emissora passou pelo processo Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela Companhia foi reajustada em média em (-0,01%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2020 a 27 de agosto de 2021.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Emissor

Os Diretores da Companhia entendem que os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJL e taxa de câmbio (Dólar):

- CDI: Todas as aplicações financeiras do grupo Equatorial são atreladas ao CDI. A Companhia possui 26,0% de seu endividamento atrelado ao CDI.
- IPCA: A Companhia possui 73,2% de seu endividamento atrelado a IPCA.
- PRÉ FIXADO: A Companhia possui 0,3% de seu endividamento atrelado a contratos pré fixados.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2022

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia e suas controladas avaliaram em 2022 as seguintes alterações em práticas contábeis, que resultaram em efeitos significativos sobre as informações prestadas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário:

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* – Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, por não ser um adotante pela primeira vez.

IFRS 9 *Financial Instruments* – Taxas no teste de ‘10 por cento’ para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que não ocorreram modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o exercício.

2021

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que não

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Adicionalmente, destaca-se que não houve efeitos significativos no patrimônio líquido e no lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2020

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a Definição de Negócio que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020, que estabelece que a contabilização da aquisição de um conjunto de atividades e ativos depende da correta avaliação de que se trata de uma aquisição de negócios ou uma aquisição de um grupo de ativos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros

Em outubro de 2018, o IASB emitiu definição de “material” e fez alterações no IAS 1 e IAS 8, que possuem data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Item não aplicável, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Item não aplicável, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais.

c. Eventos ou operações não usuais.

Item não aplicável, uma vez que não houve eventos ou operações não usuais realizadas pela Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis

As informações a seguir são referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Equatorial Maranhão S.A.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com nossas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito e despesas de Stock Options (Plano de Opção de Compra de Ações) ou plano de incentivo de longo prazo.

O EBITDA, EBITDA Ajustado e o EBITDA Regulatório não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA é indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e do EBITDA Ajustado da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como a conciliação entre os valores ora divulgados e os valores das demonstrações financeiras da Companhia:

Em R\$ mil	2022	2021	2020
EBITDA	1.179.736	1.465.525	1.085.943
EBITDA Ajustado	1.336.924	1.327.549	1.095.064

Dívida Bruta e Dívida Líquida:

A Dívida Bruta da Companhia é uma medida não contábil, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras, e é composta pelo saldo de: (i) passivos referentes a empréstimos e financiamentos (circulante e/ou não circulante), incluindo emissões de debêntures (circulante e/ou não circulante); e (ii) valor presente do saldo a pagar aos credores financeiros em função da recuperação judicial (circulante e/ou não circulante).

A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras, e é composta pelo saldo da Dívida Bruta, deduzindo-se:

(i) o somatório das disponibilidades da Companhia (caixas e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo), (ii) os recebíveis decorrentes de subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda; (iii) saldo líquido (soma da ponta ativa e ponta passiva corrente

2.5 Medições não contábeis

e não corrente) dos instrumentos financeiros derivativos; (iv) Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros (Ativos Regulatórios Líquidos); (v) Caução em garantia (valores mantidos em garantias constituídos em forma de caução); e (vi) depósitos judiciais depositados em Juízo referentes a empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com credores financeiros no âmbito da recuperação judicial; (vii) saldo da conta de Subrogação da CCC.

Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular Dívida Bruta e Dívida Líquida de maneiras diferentes da Companhia. A administração da Companhia entende que as medições da Dívida Bruta e Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Adicionalmente, a Dívida Líquida é um indicador financeiro utilizado pela Companhia para cálculo de covenants financeiros no âmbito de determinadas dívidas da Companhia e de suas controladas.

	2022	2021	2020
Dívida Bruta	2.450.509	2.168.914	2.448.542
Dívida Líquida	1.597.653	1.131.759	911.928

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e revisadas

EBITDA e EBITDA Ajustado:

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA – em R\$ mil	Exercício social (31/12/2022)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)
Lucro líquido	648.145	943.423	700.273
(+/-) Resultado financeiro líquido	209.216	86.975	42.211
(+) Imposto de renda e contribuição social	92.052	212.564	152.991
(+/-) Depreciações e amortizações	230.323	222.561	190.468
EBITDA	1.179.736	1.465.523	1.085.943
(+) Outras receitas/despesas operacionais	90.041	23.255	2.281
(+) Impactos Margem Bruta	88.413	-176.468	-84.876
(+) Ajustes de PMSO	(28.580)	15.237	91.716
(+) Ajustes PDD e Contingências	7.314	-	-
(+/-) Perdas/Ganhos na desativação de bens e direitos ⁽¹⁾	-	-	-
EBITDA Ajustado	1.336.924	1.327.547	1.095.064

2.5 Medições não contábeis

* Composto pela baixa de ativos que ainda possuem algum valor contábil residual, porém foram retirados da operação cotidiana da Companhia antes do término de sua vida útil.

Dívida Bruta e Dívida Líquida:

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta e Dívida Líquida para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	2022	2021	2020
Empréstimos e Financiamentos (Circulante)	109.680	112.167	776.546
Empréstimos e Financiamentos (Não Circulante)	1.879.903	1.398.815	856.508
Debentures (Curto Prazo)	161.969	511.204	184.784
Debentures (Longo Prazo)	298.957	146.729	630.704
Dívida Bruta	2.450.509	2.168.914	2 448.542
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.051.462	751.704	1.623.663
Investimentos de Curto Prazo	1.036	52.184	57.854
Valores a receber/pagar da Parcela A*	(201.846)	241.479	(144.903)
Repasse de CDE Vencidos*	0	0	0
Cauções	0	0	0
Swap	52.062	-8.211	0
Dívida Líquida	1.597.653	1.131.758	911.928

*Valores não diretamente observáveis nas DFs

c. Motivo da escolha de tal indicador como mais apropriado para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA Ajustado

Entendemos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medições apropriadas para a correta compreensão dos resultados das operações da Companhia, posto que no seu cálculo não são incluídas despesas de depreciação, amortização, despesas de imposto de renda e contribuição social e resultados financeiros. Sendo assim, não é afetado por flutuações nas taxas de juros (sejam elas aplicáveis à dívida ou à remuneração do caixa aplicado), alterações de carga tributárias de imposto de renda e contribuição social, alterações na forma de contabilização de incentivos governamentais, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do seu ativo imobilizado.

Adicionalmente, a Companhia entende que o resultado de Perdas/Ganhos na Desativação de Bens e Direitos (que compõe Outras Receitas/Despesas Operacionais no DRE da Companhia) deva ser ajustada no cálculo do EBITDA Ajustado pela sua natureza de uma despesa ou receita não caixa que, similarmente à depreciação, é formada pela baixa de ativos que ainda possuem algum valor contábil residual, porém foram retirados da operação cotidiana da Companhia antes do término de

2.5 Medições não contábeis

sua vida útil contábil por motivos diversos, por exemplo, descarga elétrica em transformadores ou outros componentes da rede de distribuição, acidentes de trânsito que danificam bens não considerados como de massa, etc.

Dívida Bruta e Dívida Líquida:

Entendemos que os cálculos da Dívida Bruta e Dívida Líquida são os mais corretos para entendimento da capacidade de a Companhia fazer frente às suas obrigações, pois quando comparados com o EBITDA, é possível avaliar a capacidade de geração de caixa operacional da Companhia frente às suas obrigações:

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis e, equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor;

Investimentos de Curto Prazo: São fundos de investimento de curto prazo, mantidos por um período superior a três meses e estão sujeitos abaixo risco de perda em caso de resgate antecipado;

Valores a Receber e a Pagar de Parcela A: No segmento de distribuição de energia elétrica, “Ativos Regulatórios” são os valores extraídos das respectivas demonstrações e/ou informações financeiras consolidadas divulgadas pela Companhia, da Parcela A e/ou da Parcela B da estrutura tarifária ou quaisquer outros direitos a serem acrescidos ou deduzidos das tarifas de fornecimento e de uso do sistema de distribuição de energia elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e de alterações da legislação setorial, fiscal e tributária que impactem as condições de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Emissora, conforme definido pelas “Resoluções Normativas da ANEEL”, bem como pelo “Manual de Contabilidade do Setor Elétrico”, também aprovado pela ANEEL.

Saldo Líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos: São operações de swap contratadas junto a bancos com o intuito de proteger o passivo da Companhia contra a variação cambial de empréstimos ou financiamentos originalmente contratados em moeda estrangeira.

Cauções: São depósitos de caução da Companhia para fazer frente a empréstimos ou financiamentos contabilizados pela Companhia.

Repasses de CDE Vencidos: São repasses da Conta CDE para a Companhia que encontravam-se vencidos na data de referência.

A Companhia entende importante demonstrar neste Formulário de Referência a abertura da Dívida Bruta e da Dívida Líquida para que os investidores possam avaliar a métrica utilizada no cálculo de *covenants* financeiros no âmbito de determinadas dívidas da Companhia e de suas controladas.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes as DFs

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 29 de março de 2023.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução CVM nº 105/22:

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 343.871, decorrentes do resultado do exercício.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

a. Regras sobre retenção de lucros

Após feitas as deduções previstas na Lei das Sociedades por Ações o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;
- (b) formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores;
- (c) a reserva de incentivos fiscais;
- (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar;
- (e) pagamento de dividendos obrigatórios não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado.

A Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

a.i. Valores das retenções de lucros

Do lucro líquido do exercício social findo em 2022:

- reserva legal: R\$ 24.131 mil (5% do lucro líquido)
- reserva de incentivos fiscais: R\$ 165.519 mil (20% do lucro líquido)
- Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos, o valor total de R\$ 458.495 (71% do lucro líquido).

Do lucro líquido do exercício social findo em 2021:

- reserva legal: R\$ 39.940 mil (5% do lucro líquido)
- reserva de incentivos fiscais: R\$ 144.620 mil (20% do lucro líquido)
- Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos, o valor total de R\$ 758.863 (80% do lucro líquido).

Do lucro líquido do exercício social findo em 2020:

- reserva legal: R\$ 27.810 mil (5% do lucro líquido)
- reserva de incentivos fiscais: R\$ 144.069 mil (20% do lucro líquido)
- Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos, o valor total de R\$ 528.394 (78% do lucro líquido).

a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados

As parcelas de lucro retidas no exercício de 2022: no total de R\$ 458.495 mil correspondem a 70,7% do lucro total declarado, de R\$ 648.145.117,39.

As parcelas de lucro retidas no exercício de 2021: no total de R\$ 58.863 mil correspondem a

2.7 Destinação de resultados

80,4% do lucro total declarado, de R\$ 943.423.436,73.

As parcelas de lucro retidas no exercício de 2020: no total de R\$ 528.394 mil correspondem a 75,5% do lucro total declarado, de R\$ 700.273.374,48.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do Emissor, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em função do recebimento de subvenção governamental, parcela do lucro líquido foi destinada à reserva de incentivos fiscais, parcela esta que foi excluída da base de cálculos dos dividendos obrigatórios, conforme art.195-A.

No exercício social findo em 2022:

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 114.624 mil.

No exercício social findo em 2021:

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 189.716 mil.

No exercício social findo em 2020:

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 215.081 mil.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Em regra, a distribuição de dividendos será anual, podendo a Companhia, por deliberação do conselho de administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia, por deliberação do conselho de administração, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e juros sobre capital próprio, líquidos de tributos, serão sempre computados como antecipação do dividendo mínimo e obrigatório.

- O dividendo relativo ao exercício social de 2022, será pago até o fim do exercício de 2023.
- O dividendo relativo ao exercício social de 2021, foi pago em 23 de junho de 2022.
- O dividendo relativo ao exercício social de 2020, foi pago em 14 de maio de 2021.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos

2.7 Destinação de resultados

dividendos, dentro dos cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. A Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais administrativas ou arbitrais.

e. Regras sobre distribuição de dividendos

A Companhia não possui Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

- (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- (iii) contratos de construção não terminada**
- (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados nas informações financeiras da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados nas informações financeiras da Companhia.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

a) Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos da Companhia, excluindo os investimentos diretos relacionados ao Programa Luz Para Todos, totalizaram R\$ 879 milhões, apresentando um crescimento de 73,1% em relação ao exercício anterior. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado do Maranhão.

Investimentos no Programa Luz Para Todos

Em 31 de dezembro de 2022, foi alcançada a marca de 3.450 domicílios ligados à rede de distribuição de energia elétrica da Companhia por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 17.250 mil habitantes.

Em 2022, o investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros foi de 74 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Banco do Brasil, Eletrobrás, BNDES, e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como debêntures, notas promissórias e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequado. Já os investimentos diretos do Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Eletrobrás, através da linha de CDE e pela Caixa Econômica Federal através da linha de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (“FINISA”).

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Atualmente, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento e já divulgadas relacionadas à novos produtos ou serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

2.10 Planos de negócios

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados relacionadas à novos produtos ou serviços.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia deu passos importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir de adequações básicas, como a atualização da matriz de materialidade e a organização dos reportes com base nos temas materiais. Ainda em 2022 a companhia buscou institucionalizar alguns procedimentos e práticas, por meio da aprovação de políticas corporativas, bem como elaborou seu primeiro inventário de gases de efeito estufa, documento que ensejou as primeiras discussões sobre o plano de posicionamento climático do Grupo (ainda em fase de aprovação). Também em linha com sua estratégia ESG, o Grupo realizou um diagnóstico para entender e endereçar possíveis gaps na aplicação para o Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE Bovespa), diagnóstico esse que trouxe possibilidades de desenvolvimento de planos de ação nos temas relativos a capital humano, capital social, modelo de negócios e inovação, governança e meio ambiente. Para o próximo exercício, o Grupo Equatorial pretende trabalhar mais fortemente em ratings ESG (como MSCI e Refinitiv), buscando dar mais transparência a suas publicações, bem como proporcionar melhorias aos indicadores das áreas tendo por base o diagnóstico realizado para o ISE Bovespa.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

O Grupo Equatorial possui uma Política de Gestão de Riscos (“Política”), a qual estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos relacionados à Equatorial Energia S.A. (“Equatorial Energia” ou “Controladora”) e às suas controladas (“Grupo Equatorial”), incluindo a Equatorial Maranhão, e aos seus respectivos setores de atuação, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência ou compartilhamento de riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Controladora em reunião realizada em 22 de abril de 2022 e está disponível para consulta na página eletrônica do Grupo Equatorial (ri.equatorialenergia.com.br) e da CVM (gov.br/cvm).

Quanto aos riscos de mercado, a Companhia não possui uma política formalizada específica para gerenciamento de riscos de mercado, mas adota, no que couber, as diretrizes, regras e procedimentos constantes da Política. O gerenciamento de riscos da Companhia tem por objeto o monitoramento, a avaliação e a mitigação dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo os riscos de mercado indicados no item 4.3 deste Formulário de Referência, adotando medidas e procedimentos para se proteger de tais riscos, em linha com os objetivos definidos, níveis de tolerância fixados e a execução da estratégia planejada pela administração.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política, em linhas gerais, tem por objetivo estabelecer diretrizes para assegurar as melhores práticas de gestão de riscos corporativos, relacionadas à identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos, que possam afetar os objetivos estratégicos do Grupo Equatorial.

Nesse sentido, os principais objetivos da Política são:

- Atuar em sintonia com as melhores práticas de mercado quanto à gestão de riscos;
- Proteção contra perda de valor;
- Identificação e tratamento de riscos que possam ameaçar a execução dos objetivos estratégicos do Grupo Equatorial;
- Garantir o reconhecimento e reputação do Grupo Equatorial, melhorando a confiança das partes interessadas;
- Redução da possibilidade de ocorrência de fraudes e erros em processos operacionais;
- Identificação de oportunidades de melhorias, objetivando a redução de atividades manuais, morosidades e gargalos em processos;
- Maior alinhamento e sinergia entre gerências e processos dentro da empresa; e
- Garantir o alinhamento das diretrizes da administração com os processos operacionais.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Em linha com sua Política de Gestão de Riscos, e com base na matriz de riscos corporativa, a Companhia define as ações de mitigação adequadas para um grupo de riscos. Para tanto, a Companhia subdivide os riscos para os quais busca proteção em categorias, conforme descrito a seguir:

• **Estratégicos:** Possível impacto decorrente de práticas frágeis governança, decisões não baseadas em um planejamento estratégico, investimentos indevidos e falta de capacidade de resposta às mudanças no ambiente, ou de publicidade negativa sobre práticas e/ou negócios da organização.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Financeiros:** Possível impacto derivado de operações financeiras incoerentes com boas práticas de mercado, ou em desacordo com os valores da Companhia.
- **Compliance (ou conformidade):** Possível impacto originário do descumprimento de leis/regulamentos, ou processos movidos por clientes ou contrapartes, ou denúncias.
- **Cibernéticos e de Tecnologia:** Possível impacto decorrente do desalinhamento estratégico da tecnologia da informação com os objetivos do negócio, ataques cibernéticos e comprometimento da segurança das informações, indisponibilidade de sistemas e perda de integridade; e
- **Operacionais:** Possíveis impactos decorrente de problemas operacionais, como falhas nos controles internos.

Quanto aos riscos de mercado, a Companhia busca proteção para os riscos de taxa de juros, taxa de câmbio e de crédito, riscos de *commodities* e de derivativos, conforme análise qualitativa e quantitativa descrita no item 4.3 deste Formulário de Referência. Estes riscos são constantemente monitorados, avaliando-se mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia previsto na Política de Gerenciamento de Risco contempla as seguintes etapas:

- **Identificação de Risco e Fatores de Risco** – Os riscos identificados devem ser mapeados para detectar os fatores de riscos e permitir um melhor entendimento das principais causas, que potencialmente levam à sua materialização, assim como, principais agravantes e atenuantes relacionados, que servem de insumo para avaliação de riscos, devendo essa atividade ser coordenada e consolidada pela Área de Gestão de Riscos e Controles Internos (“GRC”) junto às unidades e áreas de negócio, responsáveis primários pelos riscos.
- **Análise Geral de Riscos (AGR)** – A AGR reflete, de maneira estruturada, as percepções da administração, bem como os executivos (áreas e unidades de negócio) em relação aos principais aspectos de gestão e riscos envolvidos nas operações, áreas/processos de negócio e características da Companhia. A Área de GRC auxiliará as Áreas e unidades de negócio da Companhia na identificação dos riscos, sendo necessário ter em vista os possíveis cenários de perda para o Grupo Equatorial, ligando a estes suas respectivas causas e consequências relacionadas à materialização do risco.
- **Avaliação de Riscos** – A avaliação de riscos tem como objetivo atribuir um nível de exposição aos riscos com base em vetores e critérios definidos. Os vetores principais utilizados pelo Grupo Equatorial são:
 - Impacto: refere-se à extensão que um evento de risco pode afetar à Companhia. A classificação de impacto do Grupo Equatorial considera um vetor principal financeiro e vetores auxiliares qualitativos.
 - Vulnerabilidade: refere-se à quão preparada estão as defesas da organização frente aos eventos de riscos. A classificação da vulnerabilidade no Grupo Equatorial considera três vetores auxiliares: controles internos, planos de ação e/ou resposta e eventos externos, logo será obtido o valor residual do risco.
- **Exposição ao Risco e Priorização** – Com base resultado obtido na avaliação dos vetores de impacto e vulnerabilidade, os riscos devem ser classificados, conforme o grau, como:

(a) Extremo: Representa extrema ameaça em potencial, é um evento intolerável, essa atividade não deve ser iniciada ou prossegui-la até que o risco seja reduzido. Em caso de não ser possível a redução do risco, mesmo utilizando recursos elevados, a atividade deve ser proibida.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(b) Alto: Representa grande ameaça em potencial, portanto, a atividade não deve ser iniciada até que o risco seja reduzido. Esforços e recursos devem ser alocados para mitigá-lo. Para atividade em andamento, ação urgente deve ser tomada.

(c) Médio: Possui menor o nível de criticidade quanto ao impacto nos negócios do Grupo. Esforços devem ser empreendidos para reduzir o risco, mas o custo de prevenção deve ser avaliado e limitado. As medidas de redução de riscos devem ser implementadas em período de tempo definido.

(d) Baixo: Não requer controles adicionais aos que já existem. É necessário monitoramento e informação existentes. Há necessidade de instrução e monitoramento pelos responsáveis das atividades.

• **Resposta aos Riscos** – Após a identificação, análise e classificação dos riscos, conforme etapas anteriores, é definido pela Companhia as estratégias para a tomada de decisão, desenvolvendo uma série de medidas para mitigar as ameaças aos objetivos do Grupo Equatorial, a fim de alinhar os riscos com o respectivo apetite ao risco, desenvolvendo planos de respostas formais definidos pelo gestor da área de negócio afeta ao risco, com apoio da Área de GRC. As possibilidades de resposta ao risco são:

○ Aceitar: a Administração concorda em enfrentar o risco, se e quando ele se materializar. Um plano de solução, ou contingência pode ser desenvolvido para essa eventualidade. Estratégia utilizada quando não é possível ou prático responder ao risco, ou uma resposta não se justifica pela importância do risco.

○ Compartilhar: transferência ou compartilhamento de uma porção do risco, visando a redução da probabilidade ou do impacto (ex.: no risco de incêndio, onde o custo do sinistro poderia ser transferido para seguradoras);

○ Evitar: está relacionada a uma ação que elimina totalmente a fonte de um risco específico (ex.: venda de determinada operação);

○ Reduzir: são adotadas medidas para reduzir o nível de exposição de um evento de risco adverso para um limite aceitável pelo Grupo Equatorial Energia;

• **Monitorar os Riscos** – O monitoramento dos riscos é um processo contínuo do sistema de gestão de riscos, que consiste em definir, acompanhar e atualizar periodicamente os indicadores de riscos, que estão diretamente relacionados aos fatores de risco, assim como o acompanhamento e atualização do *status* de implementação dos planos de resposta e/ou de ação em conjunto com as partes interessadas no gerenciamento de riscos. Periodicamente, os resultados dos indicadores devem ser reportados para a Diretoria primária, conforme frequência estabelecida para cada risco, ao Comitê de Auditoria e Riscos e Conselho de Administração, de acordo com os respectivos calendários de reuniões e regimentos.

Quanto aos riscos de mercado, como estratégia de mitigação dos riscos de perdas por variação cambial, todo instrumento de dívida indexado em moeda estrangeira deve ser protegido por operação de hedge cambial, o que ocorre por intermédio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, sendo que na ponta passiva está a moeda nacional indexada a CDI, e na ponta ativa, a moeda estrangeira e custo do contrato. Tais contratos são designados como hedge de fluxo de caixa. Dessa forma, a Companhia utiliza-se de instrumentos de proteção/mitigação à oscilações das taxas de juros e variação cambial, como instrumentos derivativos de *swaps*.

Os parâmetros utilizados para gerenciamento dos riscos de mercado são contemplados em cenários desenvolvidos no âmbito do planejamento estratégico da Companhia. São utilizados *inputs* macroeconômicos para modelagem desses valores nos modelos econômico-financeiros e operacionais, com o objetivo de conhecer os impactos futuros sobre os resultados e, assim, adotar medidas preventivas para enfrentamento de cenários adversos.

Adicionalmente, a Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo de se proteger de eventual volatilidade de taxas de juros, câmbio e inflação. Dessa forma, a Companhia pode realizar operações visando a alteração de determinado indexador de suas obrigações (IPCA e CDI, por exemplo) ou moeda estrangeira (dólar), nos seus contratos de financiamentos e/ou

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

emissões de dívidas.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, e é realizada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM – Enterprise Risk Management. As linhas de defesa representam um conceito que define os papéis e responsabilidades no gerenciamento de riscos e fortalecimento da governança, bem como a interação desses papéis em todos os níveis da Companhia, conforme indicado abaixo:

- 1ª linha: as áreas e unidades de negócio da Companhia são responsáveis pela gestão contínua dos riscos e exploração de oportunidades, propagando uma cultura de desenvolvimento dos processos, sistemas e controles internos, para atingimento das metas e objetivos estratégicos do Grupo Equatorial.
- 2ª linha: tem o intuito de fornecer conhecimento complementar, de apoio a implantação e manutenção dos planos de resposta associados aos riscos e controles internos, assim como o desenvolvimento da melhoria contínua das práticas do gerenciamento de riscos.
- 3ª linha: a área de Auditoria Interna, atua no assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles, baseado nos conceitos de gerenciamento de riscos do negócio.

Sob esses aspectos, a estrutura de governança de gestão de riscos estabelecida pela Companhia na Política de Gestão de Riscos contempla as responsabilidades atribuídas às instâncias organizacionais, conforme descrito abaixo.

Conselho de Administração

- Definir as estratégias para alcance dos objetivos de negócio;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões quando necessário;
- Avaliar e aprovar a matriz de riscos corporativos, estabelecendo os limites aceitáveis ao apetite a riscos do Grupo Equatorial; e
- Aprovar os planos de resposta aos riscos com grau de exposição extrema ou riscos priorizados pela alta administração.

Comitê de Auditoria Estatutário

- Garantir que a Companhia mantenha uma cultura voltada à gestão de riscos, incentivando o cumprimento da Política e dos normativos dela decorrentes;
- Analisar a Política, sua metodologia e os documentos-chave a serem utilizados no processo de gestão de riscos da Companhia e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração;
- Analisar o apetite a riscos e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- Reportar periodicamente o nível de exposição dos riscos prioritários ao Conselho de Administração;
- Avaliar a efetividade do processo de gestão de riscos e sugerir melhorias, quando necessário; e
- Aprovar o Plano Anual de Riscos.

Área de Gestão de Riscos e Controles Internos (GRC)

- Definir a estrutura e a metodologia, e executar a estratégia de Gestão de Riscos Corporativos do Grupo Equatorial;
- Avaliar e monitorar as exposições a riscos, acompanhando a implantação das ações de mitigação das áreas de negócio e reportando o cenário periodicamente à administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos;
- Assessorar a Alta Administração na proposição do apetite a risco, bem como auxiliar as áreas de negócio na identificação de riscos, avaliação de impacto e direcionamento das respostas aos riscos (aceitar, compartilhar, evitar e reduzir);
- Apoiar o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos na avaliação contínua da estrutura da gestão

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

e riscos corporativos, mantendo a base atualizada com os registros de perdas que se materializarem na Companhia;

- Desenvolver em conjunto com as áreas de negócio os indicadores para monitoramento dos riscos, bem como proposta dos limites de tolerância;
- Apoiar as áreas de negócio no desenho e na melhoria de controles internos para tratamento das nãoconformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria Interna e mapeamento de riscos.

Presidentes e Superintendentes do Grupo Equatorial

- Fomentar a cultura da gestão de riscos junto as áreas de negócio;
- Incorporar a Gestão de Riscos, no planejamento e gestão de processos críticos;
- Acompanhar os indicadores de risco (KRI's), que ultrapassem os limites de tolerância ou necessitem de ações mitigadoras.

Gestores das Área de Negócios (Donos dos Riscos – Risk Owners)

- Efetuar o monitoramento dos riscos, direta ou indiretamente, envolvidos nas operações sob sua gestão, a partir da identificação das causas e consequências associadas à materialização;
- Assumir e garantir que os riscos estejam dentro dos limites de tolerância definidos pelo Conselho de Administração;
- Reporte periódico ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos ou Área de GRC dos eventos relevantes, que afetem o grau de exposição do Grupo Equatorial a riscos, incluindo os resultados dos indicadores de riscos prioritários;
- Garantir a operacionalização da gestão de riscos, sendo parte integrante do processo de identificação, avaliação e mensuração, bem como, a implementação de ações e planos de resposta, relativos aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, de acordo com as deliberações tomadas em conjunto com a Área de GRC e Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

Auditoria Interna

- Avaliar a adequação e eficácia dos controles internos das unidades que compõem o Grupo Equatorial;
- Apresentar recomendações para minimizar riscos através do aprimoramento das estruturas de controle existentes.
- Apontar ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos a ocorrência de não conformidades, oportunidades de melhorias nos processos e nos controles, falhas, desvios, irregularidades e/ou ilegalidades observadas.

Quanto aos riscos de mercado, a Companhia ressalta que não tem uma estrutura organizacional específica voltada ao controle de riscos de mercado, em regra pautando-se pela estrutura e pelos procedimentos gerais da Política de Gestão de Riscos descritos no item 5.1 (b.iii) deste Formulário de Referência, que descreve as principais responsabilidades entre as instâncias organizacionais da Companhia envolvidas no processo de gerenciamento de riscos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações disponibilizadas neste item 5.1, a Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos, descrita no item (b.iii) acima, desenhada em linha com o propósito de permitir a avaliação constante de sua efetividade, contempla mecanismos e procedimentos adequados e equilibrados para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atua com três níveis principais de controles internos, sendo o primeiro estruturado por meio de suas práticas e procedimentos, acompanhadas por controles internos e gerenciais de cada uma das áreas organizacionais. O segundo, representado pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos, atua por meio da estrutura de controles financeiros, reporte à administração e acompanhamento contínuo dos resultados, que ocorre por meio de reuniões mensais de resultados com a Diretoria. Por sua vez, o terceiro nível corresponde ao papel da auditoria interna, que realiza regularmente trabalhos preventivos e corretivos, com reporte bimestral ao Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial e ao Conselho de Administração da Companhia.

Sistemas de Informação:

A maior parte dos sistemas de gerenciamento e controle são produtos adquiridos de fornecedores com considerável referência no mercado de tecnologia, sendo customizados para atender ao setor de distribuição de energia elétrica e às necessidades das empresas do Grupo Equatorial. Todos os sistemas estão integrados e possuem elevado grau de automação.

Os sistemas da Companhia são divididos em quatro segmentos: **(a)** Sistemas Comerciais; **(b)** Sistemas Técnicos; **(c)** Sistemas Financeiros; e **(d)** Sistemas de Apoio.

(a) Os Sistemas Comerciais estão descritos abaixo:

- SAP CCS: Sistema responsável pelos processos de leitura, faturamento, arrecadação e combate às perdas;
- SAP CRM: Sistema responsável pelo processo de atendimento ao cliente;
- SAP MOM: Sistema responsável pelo controle de ordens de serviço de campo;
- SAP PROLOGA: Sistema responsável pelo processo de leitura e faturamento em campo;
- SAP BO/BW: Sistema responsável pela geração de informações estratégicas da área comercial; e
- CAS HEMERA: Sistema responsável pelo processo de faturamento de clientes de alta tensão.

(b) Os Sistemas Técnicos estão descritos abaixo:

- G2M+ MAPA: Sistema para georreferenciamento da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER: Sistema para operação da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER MOBILE: Sistema para controle das ordens de serviços de campo da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ MAN: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ PROJ: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- ELIPSE: Sistema SCADA para automação da rede de energia elétrica; e
- WAY2: Sistema para controle da medição de energia elétrica.

(c) Os Sistemas Financeiros estão descritos abaixo:

- SAP FI: Sistema administrativo-financeiro módulo Financeiro;
- SAP CO: Sistema administrativo-financeiro módulo Contábil;
- SAP MM: Sistema administrativo-financeiro módulo Materiais;
- SAP SD: Sistema administrativo-financeiro módulo Vendas de Serviços;
- SAP PM: Sistema administrativo-financeiro módulo Manutenção;
- SAP PS: Sistema administrativo-financeiro módulo Projetos;
- SAP TRM: Sistema administrativo-financeiro módulo de Tesouraria;
- SAP AA: Sistema administrativo-financeiro módulo de Ativos;
- SAP IM: Sistema administrativo-financeiro módulo Investimentos;
- SAP WF: Sistema administrativo-financeiro módulo Workflow de Aprovação;
- SAP GRC NFe: Sistema administrativo-financeiro módulo para Emissão de notas fiscais;

5.2 Descrição dos controles internos

- SAP BO/BW: Sistema administrativo-financeiro módulo de geração de informações estratégicas;
- MASTERSAF: Sistema para gestão e controle dos processos fiscais; e
- WMS: Sistema para gestão e controle do estoque de materiais.

(d) os Sistemas de Apoio estão descritos abaixo:

- SÊNIOR VETORH: Sistema responsável pelo processamento da folha de pagamento;
- ASM: Sistema responsável pelo registro, controle e acompanhamentos dos incidentes e requisições relacionados ao ambiente de tecnologia; e
- CP-PRO: Sistema responsável pelo controle e gestão dos processos jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Central de Serviços de TI que gerencia e controla todo o processo de concessão de acesso aos sistemas relacionados acima. Este processo é fundamentado nas principais normas de melhores práticas de mercado como ITIL, COBIT, ISO 20.000 e ISO 27.000 e tem as seguintes premissas:

(i) Todo acesso só é concedido mediante autorização prévia de um gestor imediato;

(ii) As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas de acordo com a função desempenhada pelos usuários. Desta forma, são criados grupos de acesso chamados de perfis; e

(iii) Existem usuários-chave nas áreas de negócio que detêm grande conhecimento dos sistemas. Estes são os responsáveis em avaliar a inclusão/modificação dos usuários nos perfis de cada sistema.

As unidades de negócio do Grupo Equatorial são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação aplicável. A administração do Grupo Equatorial é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia conta com as seguintes estruturas organizacionais para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- Gerência de Auditoria Interna: independente e dedicada a avaliar exposição a riscos, testar controles, transações e procedimentos. Esta área é diretamente subordinada à Presidência da Companhia;
- Comitê de Auditoria e Gestão de Risco: funciona supervisionando os resultados e operações.

A Gerência de Auditoria Interna e a Diretoria de Estratégia e Regulação reportam-se ao Comitê de Auditoria e Gestão de Risco, que por sua vez assessora e informa o Conselho de Administração da Companhia e de sua controladora sobre possíveis deficiências e falhas do processo.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita neste item é parte das práticas e medidas adotadas pela Companhia, bem como por suas controladas, para fins de controle dos riscos aos quais está exposta.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco, criado em maio de 2014 e reformulado em maio de 2021, avalia ações e toma determinadas decisões que influenciam o cotidiano da Companhia. As atribuições do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco estão descritas no item 5.1(b)(iii) acima.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.2 Descrição dos controles internos

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Executivo de Riscos e Controles Internos;
- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Diretor Presidente;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco tem as suas atribuições descritas no item 5.1(b)(iii) acima.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados à estrutura de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com o objetivo de expressar sua opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, e não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Nesse sentido, os auditores independentes da Companhia apontaram através do relatório de Recomendações à Administração da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

O Relatório de Recomendações do auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não apontou deficiências significativas nos controles gerais Companhia.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Conforme mencionado acima, não foram identificadas deficiências significativas no relatório de recomendações do auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que requeiram comentário dos Diretores da Companhia.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Área Executiva de Riscos e Controles Internos, vinculada à Gerência de Auditoria Interna, tem como objetivo propiciar a melhor prática de gestão de riscos e controles internos para resguardar o Grupo Equatorial, considerando sua estratégia, processos e ativos, de eventuais riscos. O Grupo Equatorial atua nas três linhas de defesa voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes, normatizando seus processos administrativos, operacionais e financeiros, que periodicamente são revisados por analistas de risco e consultores de qualidade. Para mais informações sobre as linhas de defesa, vide item 5.1(a)(iii).

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Programa de Integridade do Grupo Equatorial é dotado de políticas, normas e procedimentos, dos quais constam Política de Anticorrupção, Política de Segurança da Informação, Política de Proteção de Dados Pessoais, Código de Ética e Conduta.

O Comitê de Ética da Companhia atua na prevenção, detecção e remediação de fraudes., com atuação também em suas controladas, cujos processos e mecanismos são revisados por analistas de riscos e consultores de qualidade, bem como pela Auditoria Interna quando do cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna.

A Área Executiva de Riscos e Controles Internos da Companhia, vinculada à Gerência de Auditoria Interna, tem como objetivo propiciar a melhor prática de gestão de riscos e controles internos para resguardar o Grupo Equatorial, considerando sua estratégia, processos e ativos, de eventuais riscos. O Grupo Equatorial atua nas três linhas de defesa voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes, normatizando seus processos administrativos, operacionais e financeiros, que periodicamente são revisados por analistas de risco e consultores de qualidade. Para mais informações sobre as linhas de defesa, vide item 5.1(b)(iii).

iii.se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética e Conduta do Grupo Equatorial contempla ações e princípios que norteiam as relações de seus conselheiros, presidentes, diretores, superintendentes e todos os colaboradores das empresas do Grupo Equatorial Energia, independentemente de seu nível hierárquico, cargo, função ou local de atuação.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Desde a contratação ou designação, os colaboradores, conselheiros e corpo diretivo recebem treinamentos, assim como, periodicamente, participam de palestras educativas com relação a temas tratados no referido documento. Tais membros também recebem treinamentos de atualização a cada alteração implantada no Código de Ética e Conduta, de forma a estarem atualizados com os temas incluídos ou que sofrerem alterações.

5.3 Programa de integridade

O Grupo Equatorial possui plataforma digital do Programa de Integridade da Equatorial Energia, na qual consta treinamento de Ética, que emite relatório preciso do grau de absorção do conteúdo pelo colaborador treinado.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Cabe ao Comitê de Ética a recomendação de aplicação das medidas disciplinares, que variam de acordo com a gravidade das transgressões identificadas e apuradas. As sanções estão previstas em norma específica e incluem: advertência verbal, advertência formal, suspensão, desligamento sem justo e com justo motivo.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O novo código de ética do Grupo Equatorial foi aprovado em 22 de março de 2022 pelo Conselho de Administração e pode ser acessado através do *website* do Grupo Equatorial (ri.equatorialenergia.com.br).

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Grupo Equatorial possui canal de denúncias interno, cuja gestão é de responsabilidade de empresa terceirizada, para envio de críticas, reclamações, relatos de casos de descumprimento do Código de Ética e Conduta ou sugestões referentes à ética e conduta profissional.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias do Grupo Equatorial está aberto aos empregados e terceiros, que mantém relacionamento com o Grupo Equatorial, sendo disponibilizado por meio de endereço na internet e por telefone, 24 horas por dia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Todas as informações são recebidas e tratadas confidencialmente pela Auditoria Interna do Grupo Equatorial e o anonimato da fonte denunciante é devidamente mantido. O canal gera protocolo para acompanhar o andamento do processo até a finalização da apuração.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Gerência de Auditoria, Riscos e Controles Internos é responsável pela apuração de denúncias recebidas através do Canal de Denúncias da Companhia.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve nos últimos três exercícios sociais casos de irregularidades, desvios, fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

5.3 Programa de integridade

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Em 2022, a Companhia reestruturou seu processo de gerenciamento de riscos com o desenvolvimento de política específica, além de uma norma de procedimentos interna para orientar e padronizar seus processos.

O processo de acompanhamento foi estruturado e integrado ao modelo de gestão para incorporar a gestão de riscos ao processo de acompanhamento de metas da Companhia.

Atualmente são acompanhados 31 indicadores de riscos e mais de 35 recomendações de melhorias de processos já foram implementadas.

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.